



## **DINÂMICAS INTERACIONAIS FRONTEIRIÇAS: O FRANCÊS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM OIAPOQUE**



## **BORDER INTERACTIONAL DYNAMICS: THE FRENCH IN PUBLIC INSTITUTIONS IN OIAPOQUE**

JAMILLE LUIZA DE SOUZA NASCIMENTO

KELLY CRISTINA NASCIMENTO DAY

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR  
RECEBIDO EM 31/07/2020 • APROVADO EM 02/10/2020

---

### **Abstract**

This paper aims to describe, from both a political and ecolinguistic perspective, the language practices in use in public institutions in the city of Oiapoque on the Franco-Brazilian border and to present the mechanisms used by public agents in the management of interactions between speakers of different languages. Based on the concepts of language ecology and the linguistic environment discussed by Haugen (1959, 1972), Couto (2002-2018), associated with the notions of linguistic policy in vivo and in vitro (CALVET, 1996, 1999, 2007; SAVEDRA & LAGARES, 2013), in a region of political and linguistic frontier (VIAUT, 2004), we seek to analyze the situation presented and point out what we call “sustainability indicators” for the interactions between distinct linguistic groups in the region (Brazilians, French) metropolitan, Guyanese, indigenous of both nationalities, among others). The data presented are the result of field research, of a qualitative and quantitative nature, carried out with public servants from the municipal, state and federal spheres in the city of Oiapoque, obtained through questionnaires and semi-structured interviews. The results point to an absence of institutional linguistic planning in the selection of civil servants, justified, among other elements, by the absence of

linguistic policies that, considering the linguistic environment of the region, subsidize the services provided to passers-by on the Franco-Brazilian border.

---

## Resumo

---

Este trabalho objetiva descrever, a partir de uma perspectiva tanto política quanto ecolinguística, as práticas linguageiras em uso nas instituições públicas da cidade de Oiapoque na fronteira franco-brasileira e apresentar os mecanismos utilizados por agentes públicos na gestão das interações entre falantes de línguas diferentes. Fundamentado nos conceitos de ecologia das línguas e de meio ambiente linguístico discutidos por Haugen (1959, 1972), Couto (2002-2018), associados às noções de política linguística *in vivo* e *in vitro* (CALVET, 1996, 1999, 2007; SAVEDRA & LAGARES, 2013), em uma região de fronteira política e linguística (VIAUT, 2004), buscamos analisar a situação apresentada e apontar o que nomeamos de “indicadores de sustentabilidade” para as interações “entre grupos” linguísticos distintos na região (brasileiros, franceses metropolitanos, guianenses, indígenas de ambas nacionalidades, entre outros). Os dados apresentados resultam de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e quantitativa, realizada com servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal na cidade de Oiapoque, obtidos através de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para uma ausência de planejamento linguístico institucional na seleção dos servidores, justificado, entre outros elementos, pela ausência de políticas linguísticas que, considerando o ambiente linguístico da região, subsidiem os serviços prestados aos transeuntes da fronteira franco-brasileira.

---

## Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Franco-Brazilian frontier. Linguistic practices. Ecolinguistics.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira franco-brasileira. Práticas linguísticas. Ecolinguística.

---

## Texto integral

---

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ecolinguística, disciplina que estuda os fenômenos linguísticos em uma perspectiva holística e com pressupostos na ecologia biológica, abriu as portas para estudos “verdes”, permitindo lançar luz sobre novos prismas em discursos “ecologicamente corretos”, dentre outros temas ligados ao meio ambiente, entre eles a ecologia das línguas, que estuda a língua em seu meio ambiente. Nesse viés, vislumbra-se a possibilidade de pensar os impactos causados nas línguas e em seu meio ambiente através das práticas interativas.

Este estudo descritivo e quantiquantitativo, de caráter experimental, tem como objetivo analisar as dinâmicas interacionais nas instituições públicas brasileiras que prestam serviço em Oiapoque, fronteira com a Guiana francesa, e, a partir de uma adaptação dos mecanismos de controle e mensuração dos impactos ambientais utilizados na gestão ambiental, bem como de indicadores de sustentabilidade, descrever o cenário da ecologia das línguas na região, de modo que

se possa apontar caminhos para a ‘sustentabilidade linguística’ no contexto do plurilinguismo local.

Pretende-se neste estudo, pensar estratégias de gerenciamento que visem a adoção de ações de proteção a biodiversidade linguística natural de algumas regiões bem como a resolução de alguns obstáculos sociocomunicativos, considerando que “(...) a ideia de Haugen, de transferir ‘ecologia’ da biologia para as línguas, pode ser empregada com êxito na tarefa urgente de salvar as línguas ameaçadas e ajudar a criar uma consciência da importância de mantê-las” (FILL, 2015, p.18). Nesse sentido, buscou-se analisar, sob a perspectiva da ecolinguística vinculada a gestão socioambiental, através de indicadores de sustentabilidade, de que modo as dinâmicas da fronteira contribuem ou não para a manutenção, anulação ou mesmo criação de um ecossistema linguístico fronteiriço.

O artigo divide-se em 4 partes, na primeira seção apresentamos o referencial teórico de base que alia linguística, ecolinguística, desenvolvimento sustentável e políticas linguísticas; a segunda seção aborda a metodologia utilizada, que inclui uma modelagem experimental tendo como fundamento a gestão ambiental e o modelo DPSIR, possibilitando a amostragem do que está sendo afetado nos ecossistemas linguísticos através dos pontos de ponderação: (1) Acessibilidade, (2) Bem-Estar ecolinguístico, (3) Comunicabilidade, (4) Sociabilidade e (5) Interpessoalidade; a terceira seção traz os resultados e como o (não) uso do francês em atendimento dos usuários da rede pública Oiapoqueense impacta nos processos regulatórios da biodiversidade linguística da fronteira franco-brasileira e na última seção apresentamos as considerações finais do trabalho.

As discussões aqui propostas são resultantes de um projeto de Iniciação científica, desenvolvido na Universidade do Estado do Amapá (UEAP), financiado pelo CNPQ e vinculado ao projeto de pesquisa Estudos da paisagem linguística amazônica amapaense: políticas, ecologias linguísticas e semióticas linguísticas da fronteira Franco-Brasileira.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Assim como a biodiversidade na natureza, as línguas também exercem papel na estruturação das relações interpessoais, pois é através delas que se impulsionam as mais diversas relações fundamentais para a vida humana. A diversidade das línguas é um elemento fundamental para a compreensão das culturas, dos processos comunicativos, para o acesso e a troca de informações e conhecimentos com outros povos. Da mesma maneira, elas contribuem para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural, educacional tanto de uma micro quanto de uma macrorregião. Assim, entendendo as línguas como um ecossistema composto de espécies, a perspectiva ecolinguística vai ter no centro de suas preocupações a perda de diversidade linguística, pois, o desaparecimento de uma língua-cultura representa também a perda de uma visão de mundo.

Nesse contexto, a fundamentação teórica deste trabalho está subdividida em dois subtópicos: 1) a língua e o meio ambiente, no qual são apresentados os conceitos da ecolinguística e seus aportes para a pesquisa sobre a língua

considerando-a como parte de um sistema ecológico, e 2) a língua em seu meio que toma como referência as fronteiras políticas e linguísticas.

### 1.1 Língua e meio ambiente – a ecologia da língua

A Ecolinguística é um domínio da linguística relativamente recente, sua gênese foi registrada na década de 60 com o pronunciamento de Edward Sapir na conferência Língua e meio ambiente, mas foi em 1972 que Haugen fixou os primeiros escritos sobre esta ciência. Couto (2013) enfatiza o não uso da palavra ecolinguística em textos do pesquisador, mas considera aquela a primeira definição da disciplina então denominada de *language ecology* e *ecology of language*. A partir de então, diversos cientistas da linguagem incluíram em seus arcabouços teóricos e metodológicos um aporte oriundo da ecologia visando integrar as inter-relações e interações entre língua e meio ambiente.

Couto (2009) introduz a perspectiva Ecolinguística afirmando que a língua pode ser definida como “a forma de comunicação entre falantes de uma comunidade. Ele reorganiza sua forma de entender esta rede em Couto (2013) e salienta que a língua não tem a função da comunicação, ela é a comunicação, afirmando ainda que a língua, na verdade, é tudo o que já foi dito e que esta vai muito além, formando uma teia de interações e que para sua análise é necessário que a olhemos de forma ampla, tal qual propõe a ecolinguística. Partindo desses pressupostos, a nova abordagem é tida como a ciência do todo, e como tal ela toma a língua como um arranjo de interações que envolve as comunidades de fala que se desenvolve em uma área designada como meio ambiente da língua.

O conceito de meio ambiente (M.A), que se insere ao de ecossistema tem, em ecologia biológica, uma definição básica em que o M.A consiste no ecossistema onde se desenvolve a vida de um organismo. Com base na gestão ambiental tem-se a concepção de meio ambiente “como um conjunto único e indissociável, chegando à compreensão de que a herança sociocultural da sociedade de um determinado espaço natural deve ser considerada no âmbito dessas relações”. (BERTÉ 2012, p.28). No meio ambiente existem diversos fatores que influenciam a forma de vida, evoluções e interações destes organismos, bem como a língua em um determinado meio ambiente e ecossistema. Nessa perspectiva, a ecolinguística permite a visão ampla e análise de um determinado fenômeno sem esquecer que ele está inserido em um conjunto, logo:

A Ecologia Linguística, para alguns, ou a Ecolinguística, para outros, aborda as questões linguísticas, lançando mão da contribuição de diferentes disciplinas, tais como a biologia, a genética, a geografia, a economia, a linguística, a sociologia, a história, etc. A Ecologia Linguística toma como paradigma tudo o que se relaciona à evolução das estruturas linguísticas, como o nascimento de novas variedades linguísticas (falares urbanos, dos jovens, crioulos) e a vitalidade das línguas, desde o seu nascimento, sua evolução, até a morte. E, principalmente, ela considera a coexistência de línguas

diversas em um mesmo território, a competição por um domínio de uso e suas interações, sem esquecer os usuários das línguas que são os falantes. (AUTOR, 2016, p.100-101)

Por conseguinte, entendemos que a Ecolinguística é a ciência que estuda a língua através de suas interações com o meio, podendo-se inferir igualmente que ela “é também o estudo das interações verbais que se dão no interior dos ecossistemas linguísticos” (COUTO, 2013, p. 279). Nesta perspectiva, os conceitos da ecologia explanados em Couto (2009), em Couto e Couto (2016) e incorporados à linguística ganham atenção especial e se fazem necessários para uma abordagem ecolinguística. Nesse âmbito entende-se que:

- 1- *Adaptação* é a forma como a língua se ajusta ao meio, como ela se molda a um determinado falante, muda com o passar do tempo;
- 2- *Homeostase* é o equilíbrio interno e externo da língua, se caracteriza como a capacidade do organismo em se manter constante;
- 3- *Porosidade* é marcada pela não existência de rupturas entre um ecossistema e outro, considerando-o como um todo dinâmico e de bordas fluidas, deste modo um ecossistema linguístico une a outros, independente dos obstáculos externos;
- 4- *Diversidade* se explica pela variação linguística mediante as interações das pessoas em um espaço, surgindo novas línguas, falares, dialetos, chamado de linguodiversidade;
- 5- *Habitat* consiste no local onde estas línguas se desenvolvem;
- 6- *População* se molda pelos falantes de uma mesma língua ocupando um espaço;
- 7- *Sociedade* é a população organizada em vários grupos;
- 8- *Nicho* é lugar de uma língua na comunidade em relação as demais, é o papel que ela desempenha no funcionamento do sistema;
- 9- *Biótopo* são os fatores que influenciam na língua, como o lugar (fronteiras), espaço geográfico, distância, nível social das pessoas que falam a mesma língua;
- 10- *Comunidade linguística/ biocenose* é um conjunto formado por todos os falantes de várias línguas que convivem em um determinado território.

Estes conceitos balizam o entendimento linguístico de um espaço e da (s) própria (s) língua (s), colocando em jogo falante, espaço e seu mecanismo interacional, a língua. Porém, a Ecolinguística não é uma mera transposição de conceitos da ecologia e aplicação à linguística ou adaptação aos cenários linguístico e aos exames de seus fenômenos, ela estuda os ecossistemas linguísticos seus mecanismos de interação e auto regulação, do mesmo modo que a ecologia biológica, incorporando a língua como eixo principal e primordial de investigação.

Tratando-se dos objetos de estudo da ecolinguística, as relações entre língua e seu meio ambiente se configuram como o maior deles. Incorporados a concepção de meio ambiente estão o meio ambiente mental, o social e o natural que ocorrem no interior de seus ecossistemas. O M. A mental representa a língua as inter-relações cérebro/mente. O M.A social se dá pela área de ocorrência das relações entre as

sociedades em um espaço e suas singularidades que influenciam na língua (cultura, história) e o M.A natural reúne tudo que tem a ver com a língua como fenômeno natural, o que inclui uma realidade formada de um mundo físico, um povo e uma ou várias línguas compondo seu ecossistema natural, onde os indivíduos se juntam e interagem. (COUTO e COUTO, 2018).

Couto (2009) apresenta um esquema com suporte nas relações entre língua (L), meio ambiente (MA) via população ou membros dela (P). O esquema consiste em externar que não há uma relação direta entre língua e meio ambiente, pois, suas interações são mediadas pela população. Esta totalidade P + MA + L constitui a Ecologia Fundamental da Língua (EFL) ou comunidade. Desta forma a língua recebe um lugar de prestígio, pois em seu interior dá-se que o povo (P) e o território (T) constituem o seu meio ambiente (MA), ou seja, o MA fundamental da língua. Couto e Fernandes (2013) caracterizam assim o EFL onde P está para população de organismo (falantes de uma ou mais línguas), o M.A ao habitat e a L língua se mostra como as inter-relações dadas entre os organismos de uma mesma espécie que formam a população. A EFL fundamenta-se na noção de que comunidade é o ecossistema em que a língua está inserida. “Para que exista língua ou linguagem (L), é necessário que haja uma população (P) que a forme e use. Essa população, por fim, só existe de um conjunto de indivíduos convivendo em determinado território (T)” (COUTO, 2002, p.2)

Assim como o biológico, o ecossistema linguístico sofre alterações, desse modo, é importante compreender que as ações realizadas por seus usuários impactam diretamente em seu desenvolvimento resultando em mudanças nos ciclos, morte e extinção de línguas como é o caso de grande parte das línguas indígenas, nascimento de outras, como acontece com os crioulos e *pidings*, desregulando e alterando esses sistemas. É neste contexto que a bandeira do desenvolvimento sustentável aplicado à Ecolinguística é erguida.

A elaboração de uma forma de desenvolvimento responsável, organizando os processos e moldando as formas de vivência afim de não comprometer o processo evolutivo tampouco as gerações seguintes não se restringe à temática ambiental, esta é classificada como o marco regulatório para pensarmos os vários eixos que influenciam nesta busca. “O desenvolvimento sustentável se idealiza como um projeto social e político, oferecendo os princípios e os caminhos para a evolução harmônica da sociedade considerado a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais”. (SEIFFERT 2009, p.24).

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) define o desenvolvimento sustentável como aquele que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. É a partir desta percepção que esta forma de desenvolvimento se estende aos ecossistemas linguísticos, pois, assim como os estudos econômicos, políticos, e outras facetas que a sustentabilidade abarca são importantes na evolução da humanidade, as línguas também são organismos que sofrem processos evolutivos que pode impactar diretamente na diversidade linguística e cultural no mundo.

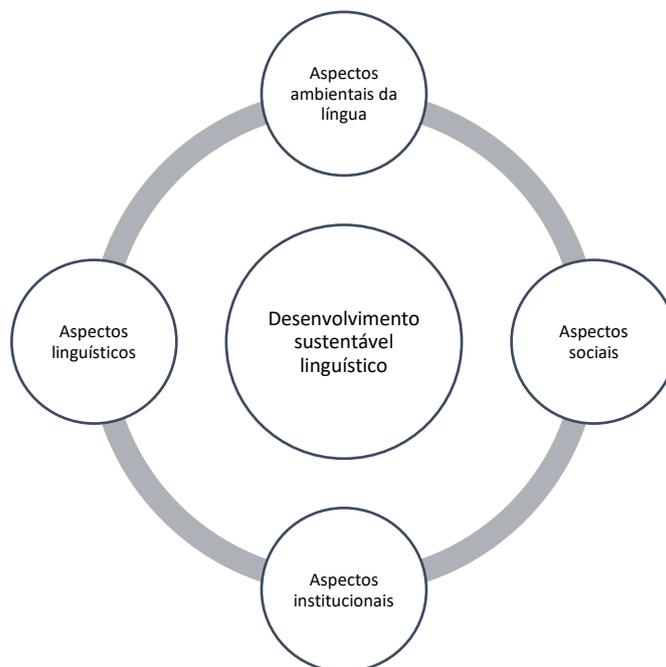
Baseado nesses parâmetros, para o ordenamento das ações que regulam ou não o EFL e implantação da sustentabilidade é retomado aqui o termo do gerenciamento ambiental aplicado, nesse caso, a questão linguística que ousadamente denominamos de ‘gestão ecolinguística’, que funcionará como

aparelho de gerenciamento das línguas com aportes eco e político linguísticos através de mecanismos medidores dos impactos causados pelos processos de exclusão, não interação, negação de outra língua em áreas, principalmente fronteiriças como a região Guiana-Amapá.

Um indicador é um parâmetro que consegue delinear uma situação conjunta ou uma resposta aos fenômenos que ocorrem em um meio ambiente. Desta forma, tem-se a compreensão do cenário real por intermédio de mecanismos elucidativos que demonstram a condição de sistema ambiental (SANTOS, 2004 apud KEMERICH, et. al., 2014). Esses indicadores caracterizam-se como a verificação do que foi planejado ou se/como e em que nível aquele ambiente foi alterado, facilitando a visualização dos cenários por quem gere os processos indicando os níveis de funcionalidade e de impactos, tanto positivos quanto negativos, portanto, sua aplicação à interação linguística indicará como as práticas de comunicação adotadas, as pressões causadas no meio ambiente linguístico pelos cruzamentos nos processos interacionais da fronteira, impactam neste ecossistema mensurando a sua preservação e conservação, criando a necessidade de organização para que haja o desenvolvimento sustentável daquela área e do bem comum, no caso, o serviço público fronteiriço e seus usuários.

A criação destes medidores está norteada por princípios propostos em 1996 por diversos especialistas da área. Philippi, Coutinho e Malheiros (2013) descrevem esse trabalho como um guia para avaliação, contemplando uma visão direcionada do objetivo, uma perspectiva holística considerando todos os processos, seus instrumentos e consequências, os elementos sociais, levando em conta a equidade e disparidade dentro de uma população e suas futuras gerações. De acordo com a Direção Geral do Meio Ambiente - DGMA (2000), o alcance do desenvolvimento sustentável deve levar em consideração 4 categorias de aspectos, os aspectos sociais, os ambientais, os institucionais, que a DGMA descreve como a estrutura e funcionamento das instituições, englobando tanto as instituições de cunho mais ou menos estatal, quanto as outras, como empresas e Organizações não governamentais (ONGs) e os aspectos econômicos. Assim, a DGMA propõe que a integração e a ponderação destes aspectos mais o recurso disponível aos indicadores correspondentes resultarão em indicadores de sustentabilidade. Nesse âmbito, pensaremos em pilares alicerçados pela ecolinguística, abrangendo assim os parâmetros ambientais (meio ambiente da língua, ou seja, seu habitat e seu ecossistema fundamental), sociais (a população e a comunidade linguística envolvida), linguísticos (a língua em si) e o institucional (o objeto de estudo, ou seja as instituições governamentais como tomadoras de decisão e não como espaço interacional linguístico, pois, este já é preenchido pela análise de seu meio ambiente), logo (ver Figura 1):

Figura 1: Aspectos que formam o desenvolvimento sustentável linguístico



Adaptado do DGMA 2000.

A combinação destes pilares possibilita a criação de indicadores que permitem a análise da língua e estudo da autorregulação do ecossistema linguístico formado em Oiapoque, bem como das influências externas que interferem em seus processos, impactando o meio ambiente e causando alterações nestas comunidades em presença. Assim, partindo das estruturas estabelecidas pode-se medir como o fornecimento de serviços públicos somente em língua oficial incide sobre a sociedade plurilinguística e o seu ecossistema de uma maneira geral, adaptando-se os indicadores de sustentabilidade, instrumentos que propiciam a mensuração dos impactos a partir de uma visão holística desde os fatores que influenciam aquele resultado, até sua possível mitigação, em conexão com as metas pré-estabelecidas, tendo desta forma, um parâmetro que possibilita a visualização panorâmica da realidade.

## 1.2 A gestão das línguas em seu meio – a dinâmica das fronteiras

As fronteiras possuem diversas abordagens, contudo, neste estudo, os enfoques se debruçarão sobre as fronteiras linguísticas e geopolíticas para a compreensão do espaço que compõe o zoneamento deste estudo, suas particularidades e a noção de fronteira linguística que se constitui como a produção diferenciada de agentes distintos em um processo interacional e social. As regiões

de fronteira comumente reúnem povos, lugares e culturas diferentes, que misturadas buscam guardar suas peculiaridades e acabam por constituir uma dinâmica única afetada que é pelos diferentes atores que compõem o contexto fronteiriço.

As fronteiras representam muito mais do que uma divisão ou limite entre territórios, desta forma, sua conceituação depende, assim como a língua, de sua inserção em um contexto. Na geografia, a noção de fronteira designa uma divisa ou área de relações e interações de territórios diferentes, de diferentes formas, entre sociedades e suas cargas socioculturais. Elas podem se caracterizar como parte do processo de construção socioespacial humana, um elemento proveniente da invenção organizacional humana que se compromete em demarcar, controlar e se apossar (disputar pela posse) de uma área. Porém, hoje as fronteiras não representam somente áreas de aspecto político, sua ressignificação incorpora as perspectivas da geografia humana, social e cultural. FERRARI (2014).

Almeida (2012, p.148) determina a fronteira, principalmente,

como o espaço de alteridade entre o eu e o outro, ou seja, de uma perspectiva social se identificam as diferenças, criam opiniões sobre si e sobre o outro, podendo-se adotar ou não os traços, culturas, línguas, mas também pode-se impor ou afirmar sua identidade territorial". Ainda segundo Almeida, "a fronteira tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais, conforme se pertença ou não a um território (ALMEIDA, 2012, p.148).

Nessa mesma perspectiva, AUTOR (2013) considera que a língua delimita a fronteira linguística e muitas vezes a política demarcando o Estado-nação, tornando visível o espaço entre sociedades, mas também influenciando os processos de integração e contato. Nesse sentido, pode-se dizer que a fronteira transforma, incorpora e produz a língua e vice-versa. Desse modo a fronteira política se determina como um marco de separação de territórios e, assim como atua na separação de atores, ela também estabelece a linha do contato, intercâmbio e das interações linguísticas

As fronteiras entre nações são ricas em diversidade e funções, cabendo a elas desde a preservação das diferenças, o contato cultural, até o estabelecimento do equilíbrio e da coesão social entre grupos distintos. A aprendizagem das línguas caminha no sentido de estabelecer relações mais pacíficas entre vizinhos e abrir espaços para uma vivência multicultural. Nesse cenário as línguas nacionais, bem como as regionais ou locais exercem papel fundamental cuja gestão passa pela adoção de políticas linguísticas que tanto podem ser convergentes quanto divergentes.

Entendidas como a "determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade" (CALVET, 2007, P. 11) as políticas linguísticas podem tanto ser provenientes das práticas e necessidades sociais e adotadas para responder a problemas da comunicação no cotidiano (*in vivo*), quanto serem fruto de intervenções jurídicas estabelecidas pelos governantes (*in vitro*) de

forma, em geral, impositiva. Assim, em regiões limítrofes, as políticas linguísticas podem funcionar seja no sentido de apaziguar as relações seja na intensificação dos conflitos e diferenças sociais. Nesse sentido, para que uma verdadeira integração fronteiriça ocorra, é preciso ir além da dimensão nacionalista e considerar aspectos outros que ultrapassem o sentido convencional de fronteira.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho, para investigação das dinâmicas interacionais de fronteira, é fundamentada na ecolinguística e vinculada a gestão socioambiental. A coleta de dados, de abordagem quantiquantitativa foi feita a partir da adaptação de um Sistema de Monitoramento Linguístico (SML) servindo como um instrumento de observação e pensado para analisar pontos-chave obtidos nos questionários e entrevistas realizadas com os agentes públicos das esferas federal, estadual e municipal, norteado pelos princípios que orientam a construção e escolha de indicadores de sustentabilidade que Philippi, Coutinho e Malheiros delimitaram em 10 pontos assim divididos:

O princípio 1 aborda o ponto inicial de qualquer avaliação, onde deve ser estabelecida uma visão de desenvolvimento sustentável calcada em objetivos claros, que forneçam uma definição prática dessa visão em termos do que é significativo para o tomador de decisões. Os princípios 2 a 5 abordam o conteúdo a ser avaliado e a necessidade de se criar perspectiva de sistema total com focos práticos das questões prioritárias atuais. De 6 a 8 abordam questões-chave do processo de avaliação, 9 e 10 reforçam a necessidade de estabelecer uma capacidade contínua do processo de avaliação (HARDI e ZDAN, 1997 apud PHILIPPI et. al 2013, p.33).

Assim alicerçados, foram avaliadas a atual situação das interações linguísticas, preparação das instituições que lidam diretamente com estrangeiros, considerando os seguintes aspectos: *Acessibilidade, Bem-Estar ecolinguístico, Comunicabilidade, sociabilidade e Interpessoalidade*, por sua vez definidos como:

a) *Acessibilidade*- capacidade da instituição em acessar, adequar seus atendimentos, produzir documentos e interagir com o falante de outra língua;

b) *Bem-Estar Ecolinguístico* - indicam as condições básicas de comunicação das comunidades linguísticas que buscam os atendimentos disponibilizados pelo poder público, o que pode interferir decisivamente nos processos de fornecimento desses atendimentos;

c) *Comunicabilidade* - apresenta a capacidade da instituição em comunicar-se, quais os meios para esta realização e transportar em tempo hábil seus conhecimentos sobre aquele grupo de falantes, por exemplo: de que forma se conduzem os processos judiciais? Como se faz atendimento em uma delegacia ou hospital?

d) Sociabilidade - capaz de apresentar o nível de atendimento aos preceitos da gestão acolhedora, respeitando a língua do falante;

e) Interpessoalidade - informa a capacidade do órgão/servidor em conduzir uma interação interpessoal, e estabelecer processos de forma autônoma.

Unindo os aspectos supramencionadas aos indicadores de sustentabilidade, foi possível a criação de uma modelagem experimental para criação dos indicadores ecolinguísticos e a medição dos fenômenos/ impactos que ocorrem naquela área. Isto posto, para os órgãos do governo atuantes alcançarem a sustentabilidade linguística devem estar em consonância com os processos de interação ocorridos naquela região. Desta forma, foram selecionados os seguintes órgãos: (1) Prefeitura, (2) Polícia Federal, (3) Polícia Rodoviária Federal, (4) Fundo de Educação Básica, (5) Secretaria Municipal de Turismo, (6) Promotoria de Justiça, (7) Fórum da Comarca de Oiapoque, (8) Escola Estadual, (9) Cartório, (10) Museu Municipal, (11) Corpo de Bombeiro Militar, (12) Hospital Estadual, (13) Universidade Federal, (14) Instituto Federal, (15) Polícia Técnico Científica, (16) Procuradoria Municipal de Justiça, (17) Ministério Público, (18) Polícia Civil, (19) Companhia de Água e Esgoto estadual; (20) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e (21) Correios para compor o *corpus* de pesquisa. Os entrevistados foram selecionados em no máximo dois (2) servidores por órgão de acordo com a tabela a seguir:

Quadro1 - Informantes

QUANT.	CARGO/ FUNÇÃO	QUANT.	CARGO/ FUNÇÃO
1	Policial Civil	1	Chefe de Gabinete do Ministério Público
1	Professor da Universidade Federal do Amapá	1	Advogada da Procuradoria Municipal
1	Reitor do Instituto Federal	1	Professor do Ensino regular (rede pública)
2	Policial Federal	1	Policial Rodoviário Federal
1	Enfermeira do Hospital Municipal (HM)	1	Operador da CAESA
1	Analista Ambiental	1	Bombeiro Militar
1	Atendente dos CORREIOS	1	Analista de sistema
1	Secretária Municipal de Turismo	1	Subgerente do Museu
1	Vice Prefeito	1	Oficial Tabelião
1	Técnico judiciário	1	Diretor de Turismo
1	Recepcionista do HM	1	Assistente ADM
1	Fiscal do FUNDEB	TOTAL = 24 SERVIDORES	

Elaboração: as autoras

Com intuito de formar o perfil descritivo dos partícipes, foram aplicados 24 questionários com 15 perguntas fechadas com opções de respostas organizadas de A à I. Os informantes responderam perguntas de cunho sociocultural e econômico que nos permitiu a organização de seus perfis. Os informantes tinham idade entre 20 e 60 anos; residentes do município de Oiapoque ou cidades vizinhas; cumpriam carga horária de trabalho entre 8 e 24h/dia, em turnos variados; estudaram pelo menos uma língua estrangeira no ensino regular e estão em contato com a fronteira.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro pré-estruturado baseado nas literaturas sobre Ecolinguística e sustentabilidade, objetivando: a) identificar como os órgãos se preparam para atuação em uma área com tantas interações linguísticas como a fronteira Oiapoque/Saint-Georges; como seus servidores se organizam para receber os estrangeiros, como é realizada a comunicação; elaboração de documentos; e b) identificar a percepção dos entrevistados em relação à língua e sua utilização nestas instituições, bem como seus mecanismos de avaliação para alcançar a sustentabilidade linguística. O roteiro das entrevistas, contou com 10 questões descritas na tabela a seguir:

Quadro 2 – Roteiro de Entrevista

<b>ROTEIRO PARA ENTREVISTA</b>	
1. Você trabalha a quanto tempo neste órgão?	6. Você necessita de auxílio para realização de procedimentos com franceses?
2. Já necessitou falar francês para prestação de serviço?	7. Este órgão público possui um setor especializado em atendimentos para franceses?
3. Existe algum programa de capacitação para atendimento dos estrangeiros neste órgão?	8. Como é realizada a comunicação em atendimentos?
4. Você acha necessários falar francês trabalhando neste órgão?	9. Se for o caso, como são redigidos os documentos em francês?
5. Se sim, qual a frequência você usa o francês ou outra língua?	10. Este órgão já ofereceu algum curso de francês?

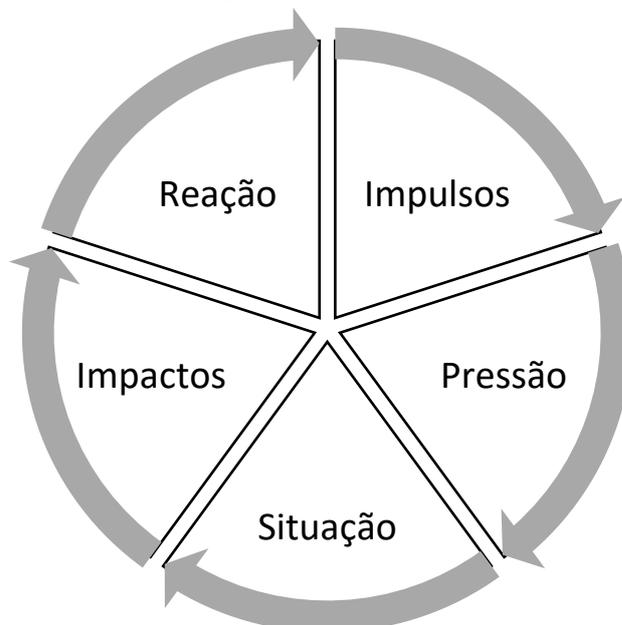
Elaboração: as autoras

Para se analisar as práticas descritas acima, através dos aspectos que permeiam a criação de indicadores, foi proposto um modelo de subdivisão que empresta a estrutura do modo de avaliação da sustentabilidade, que permite a facilitação da identificação dos problemas e suas possíveis soluções. O modelo DPSIR (*Driving, Force, Pressure, State, Impact, Reponse*) elucida os elos entre o ambiente, suas formas de regulação e uma sociedade por meio dos indicadores, considerando que os processos produtivos, os modos de vida e hábitos humanos impactam diretamente na qualidade do meio ambiente. Podendo-se avaliar estes fenômenos a partir dos pontos de ponderação, fornecendo informações sobre os diferentes aspectos, elucidando suas ligações e avaliando as respostas (Kemerich, Ritter e Borba, 2014). Estes indicadores são descritos como:

Indicadores de *força motriz (D)*- refletem as influências do homem e das atividades humanas que, quando combinadas com as condições ambientais, provocam mudanças no meio ambiente; de **pressão (P)**- descrevem as variáveis que diretamente causam (ou podem causar) problemas ambientais; de **estado (S)**- mostram a qualidade, ou seja, a atual condição do ambiente; de **impacto (I)**- descrevem os efeitos das mudanças de estado; e de **resposta (R)**- descrevem o esforço da sociedade para resolver os problemas, sejam eles na forma de políticas, leis, tecnologias limpas, dentre outros (SOARES, et. al. 2011, p.533).

De acordo com esta estrutura, os diversos aspectos linguísticos e sociais são o que neste estudo chamaremos de impulsos que exercem pressão nos ecossistemas linguísticos (de forma positiva e/ou negativa). Estes irão conduzir as alterações em sua situação atual acarretando nos impactos linguísticos que podem ser mitigados pelas reações, assim:

Figura 2: Indicadores



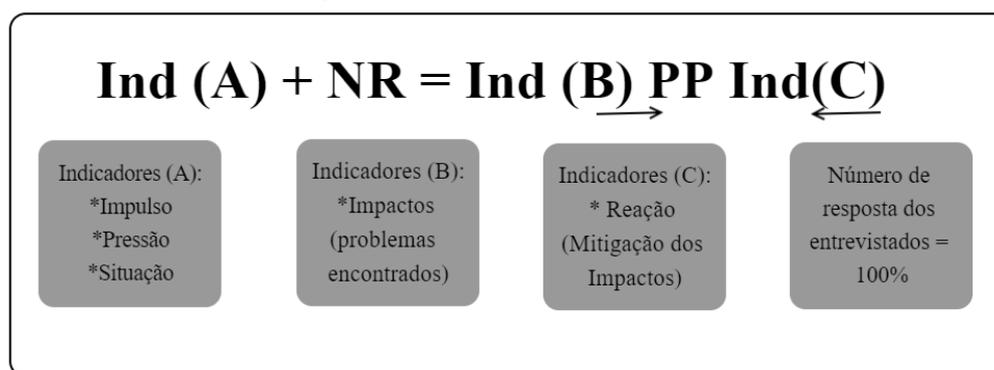
Elaborado pelas autoras/2020.

Para efeitos de análise da figura 2, os impulsos, a pressão e a situação se caracterizam como motivos dos problemas encontrados a partir da pesquisa realizada e serão configurados neste estudo como indicadores A. Os impactos são a problemática e foco do estudo, configurados como indicadores B, e a reação consiste na resolução destes problemas com medidas que se encaixem na estrutura organizacional da fronteira Brasil-França, denominadas de indicadores C.

A verificação dos resultados foi feita através da modelagem experimental, unindo todos os passos anteriores, seguindo 3 etapas: a) Tabulação dos dados quantitativos com auxílio do programa Excel; b) Descrição dos dados, podendo-se traçar uma ligação entre os elementos (%) e os indicadores propostos a partir dos resultados das entrevistas, que são subdivididos em A, B e C, possibilitando a

amostragem do que está sendo afetado nos ecossistemas linguísticos através dos pontos de ponderação: *Acessibilidade, Bem-Estar ecolinguístico, Comunicabilidade, sociabilidade e Interpessoalidade*; e c) análise através da equação: Indicador A + valor em % = Indicador B e suas influências nos pontos de ponderação. Esta modelagem abre espaço para uma metodologia de análise dos impactos linguísticos em decorrência das inter-relações com a propositura do sistema de monitoramento linguístico. A partir dele pretende-se alcançar a redução dos possíveis problemas de interação linguística daquela zona fronteira. Conforme pode-se observar na figura 3:

Figura 3: Modelo de análise



Elaborado pelas autoras/2020.

### 3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS: SUSTENTABILIDADE ECOLINGUÍSTICA DA FRONTEIRA

Relaciona-se aqui a experimentação da criação de indicadores de sustentabilidade linguísticos e a mensuração dos fenômenos/ impactos ocorridos. Nisto a ecolinguística se avista como uma ponte entre língua e meio ambiente, pois, para Ribeiro (2011) ela se encarrega pelas interações linguísticas que dão sentido aos discursos, como parte de uma corrente, estes moldam as formas de uso pelo falante e assim as políticas linguísticas se concretizam, dessa forma podemos dizer que há encadeamento entre estes processos e chama atenção para as interações entre franceses e brasileiros nos órgãos públicos, uma vez que estas instituições têm por intuito fornecer serviços aos habitantes, e para isto é necessário que, em um ambiente onde as línguas se cruzam, haja algum preparo para participar e/ou mediar estas interações, constituindo a parte mais importante dos ecossistemas sob a ótica ecolinguística.

Os dados primários provêm do questionário sociocultural e econômico. Nestes observou-se que dos 24 (vinte e quatro) entrevistados 42% possuem entre 30 e 39 anos, 12% de 20 a 29, 29% de 40 a 49 e 17% de 50 a 60 anos; 92% dessas pessoas moram no município do Oiapoque e 8% moram em outra cidade; Em relação ao grau de escolaridade dos servidores 71% concluiu o ensino superior, 8% tem somente o segundo grau; No que diz respeito a formação escolar, 60% teve

acesso somente ao ensino da rede pública no ensino fundamental e médio, 12% estudou integralmente em escola particular, 16% estudou a maior parte do tempo em escola pública, 12% a maior parte em ensino particular e 100% dos informantes tiveram ensino de outra língua, dos quais, 46% estudou inglês, 15% espanhol e 39% teve ensino de língua francesa em algum período escolar; A respeito da vivência destes na fronteira franco-brasileira, 100% conhece São Jorge, 56% possui algum parente morando no outro lado da fronteira, para 44% ninguém da família mora em território francês, 52% acha que o convívio com os franceses é bom, 41% acredita que esta relação é importante economicamente e 7% se mostrou totalmente indiferente com essa interação entre povos distintos.

Este perfil se torna importante para o entendimento de quem são as pessoas atuantes nas interações diárias do serviço público fronteiriço para que assim se possa compreender as dinâmicas interacionais que lá ocorrem. Dito isto, chega-se às questões tratadas pela ótica da ecolinguística, onde foram analisadas as entrevistas e tendo como ponto de consideração analítica que para a ecolinguística a interação é a base da dinâmica das línguas.

Analisou-se a língua francesa como uma espécie ocorrente no ecossistema fronteiriço e as interações a partir de seus falantes, e não falantes, ou seja, os ecossistemas natural (ENL) e social (ESL) da língua assim como seus meio ambientes. Baseado em Couto (2009) a constituição do ENL do estudo é formado pela população de Oiapoque convivendo na região fronteiriça, falando suas línguas, assim, seu meio ambiente é formado pela população e área fronteiriça juntos, pois toda relação entre língua e território passa pelo povo, que por sua vez, organizado socialmente constituem o meio ambiente social da língua inserido no ESL que é formado pela língua e a sociedade, de tal modo, se separarmos o francês do português teremos dois ecossistemas, porém, em uma região de fronteira as línguas se cruzam caracterizando um terceiro ecossistema. Assim sendo, os indicadores permitiram a visualização das várias perspectivas das forças que propiciam as ocorrências, assim como a problemática e sua resolução ou minimização. Estes se caracterizam como:

Quadro 3 – Indicadores

Indicadores (A)	Indicadores (B)	Indicadores (C)
<p><b>Impulsos:</b> Área de fronteira; ambiente plurilinguístico, política linguística <i>in vivo</i>; Transição de ecossistemas linguísticos;</p> <p><b>Pressão:</b> Atos de interação comunicativas; resolução dos conflitos; Contatos linguísticos, Rotatividade de servidores;</p>	<p><b>Impactos:</b> Perda da linguodiversidade, destruição de habitats linguísticos desequilíbrio externo interferindo na homeostase da língua, perda da população de falantes, interferência nas comunidades linguísticas, interferência nos nichos;</p>	<p><b>Resposta:</b> programa de capacitação dos servidores, incentivo ao atendimento em língua francesa</p>

<p><b>Situação:</b> Sem falantes de francês em algumas instituições; corte nas interações linguísticas; adoção de uma terceira língua para comunicação, falta de ambientes para atendimento de estrangeiros;</p>		
--	--	--

Elaboração: as autoras

A partir deles, verificou-se que 58% dos servidores são pessoas relativamente novas no serviço público fronteiriço, trabalhando no órgão a menos de 6 anos e somente 29% estão a mais de 10 anos prestando serviço público, o que indica uma rotatividade dos servidores e desta forma é possível visualizar que estes serviços são desenvolvidos de formas diferentes ao longo dos anos. Destes informantes 71% já necessitou falar francês para prestação de serviço e 29% não necessitou, porém, estes relataram que desenvolvem serviços internos ou não atuam em contato com franceses.

Em relação aos programas de capacitação voltado para o atendimento dos franceses, 75% não obteve nenhum tipo de preparo para atuar no atendimento dos munícipes falantes de língua francesa, os 25% que participaram de capacitação se dividem em profissionais que fizeram cursos de extensão em língua francesa oferecidos pelo Instituto Federal, Universidade Federal, bem como pela Escola Estadual Joaquim Nabuco. Os únicos cursos de capacitação voltados para comunicação e atendimento em língua francesa foram oferecidos para Policiais Federais na própria intuição e para mototaxistas, fornecidos pela secretaria de Turismo do Município, do qual alguns de seus servidores também participaram.

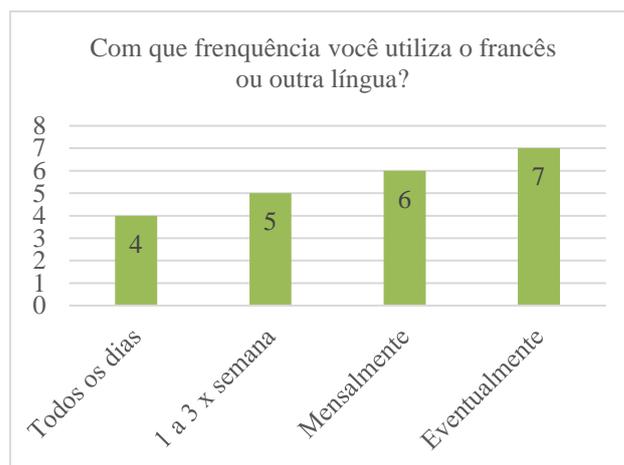
Com relação a necessidade de falar a língua francesa, 75% afirma ser necessário para executar seus deveres laborais e justificam esta resposta relatando a presença constante de franceses no município e por ser uma área de fronteira esta interação ocorre constantemente. Alguns informantes atentam para a facilitação nos diálogos e nas atividades envolvendo os estrangeiros, como o auxílio jurídico, no trânsito, nos procedimentos emergenciais de saúde, no estabelecimento de contato com as representações francesas, facilitando a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades binacionais, entre outros.

Na educação esta necessidade se apresenta no atendimento aos estudantes estrangeiros que visitam o município, através de programas de intercâmbios promovidos pelas escolas e universidades brasileiras em parceria com as francesas, bem como no estreitamento dos laços entre os pesquisadores brasileiros e franceses. A título de exemplo, a afirmação de um dos informantes da área policial, que “a presença de franceses em ocorrências policiais é constante” é bastante representativa dessa realidade e serve para clarear a discussão sobre a presença da língua no atendimento aos franceses. Na contramão, 25% diz não achar necessário

outra língua para atendimento, mesmo em uma área caracterizada como plurilíngue, uma parcela dos serviços prestados é realizada de maneira monolíngue.

O uso da língua francesa se faz presente de diversos modos nos processos interacionais comunicativos da fronteira franco-brasileira. De acordo com os gráficos a seguir podemos verificar a necessidade do uso da língua e como ocorrem estes processos:

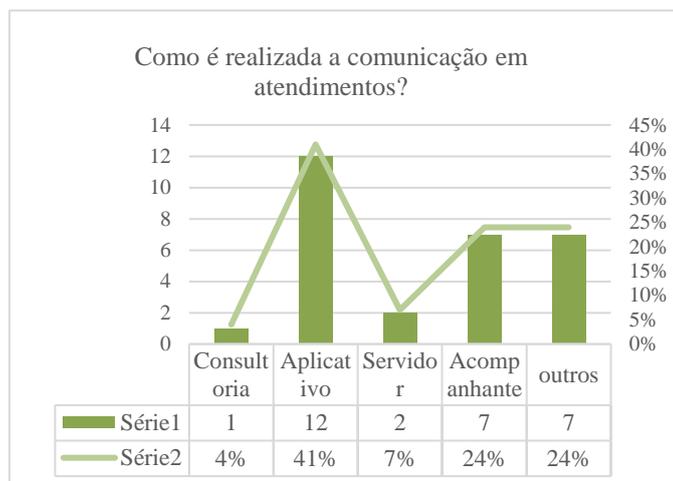
Gráfico 1 – Frequência de uso do francês nas IP



Elaboração: as autoras

O gráfico 1 mostra que 18% necessita do francês diariamente, 23% de 1 a 3 vezes na semana, 27% mensalmente e 32% eventualmente, considerando que, nos 18% se concentra a maior parte dos serviços essenciais como hospital e polícia. Ligado a isso, 75% dos informantes necessitam de auxílio para comunicação com franceses e apenas 25% não necessita, sendo que destes 25%, alguns utilizam outra língua para se comunicar, neste caso, o inglês;

Gráfico 2 – Processo comunicativo nas IP



Elaboração: as autoras

Ainda neste processo de comunicação, no gráfico 2 evidencia-se o altíssimo uso de aplicativos de tradução simultânea, pois, quando questionados sobre como se realiza a interação com falantes de língua francesa que necessitam de atendimento, os informantes responderam que 41% utiliza deste aplicativos, 24% solicita a presença de um acompanhante que fale português, 24% tenta falar, escrever, ou interagir de alguma forma e 7% solicita o auxílio de um servidor fluente, este número baixo se justifica pela falta de servidores fluentes, e 4% busca uma consultoria de tradução, especialmente em casos de tradução de textos. Deve-se salientar ainda que 85% dos entrevistados faz uso de mais de um mecanismo para realizar tais atendimentos.

Em relação ao órgão público no que concerne à infraestrutura e regularidade institucional podemos observar no gráfico 3 e 4 as estratégias de preparo para atendimento deste público.

Gráfico 3 – Atendimento especializado

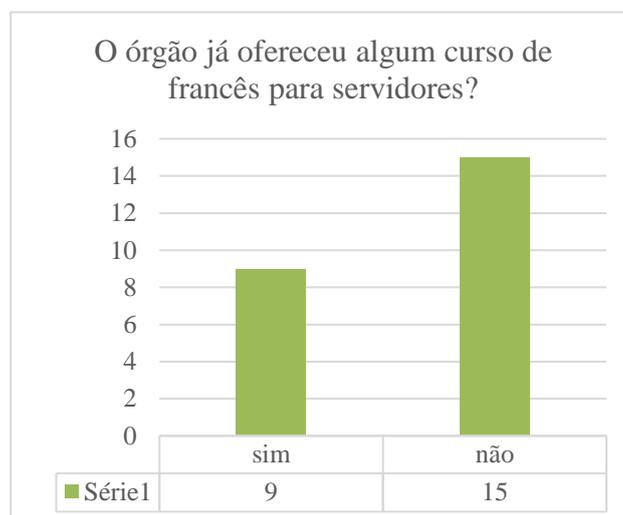


Elaboração: as autoras

Referente aos setores de atendimento especializado para estrangeiros de modo geral, o gráfico 3 mostra que 79% dos informantes responderam que não existe subdivisão para recepção dos estrangeiros; os 21% que responderam positivamente recorrem ao Centro de Línguas do IFAP, Secretaria Municipal de Relações Internacionais, à Coordenação de Relações Internacionais da UNIFAP e ao setor de atendimento da Polícia Federal localizado na Ponte binacional.

Para redigir os documentos em língua francesa 50% dos órgãos buscam um servidor especializado, mesmo em outras repartições, 36% contratam uma empresa/ Consultor especializado e 14% dos servidores executam este serviço; quanto a capacitação dos servidores, de acordo com o gráfico 4, 63% dos organismos não oferecem cursos de francês evidenciando que os organismos daquele meio ambiente não participam de processos propositivos visando suas interações.

Gráfico 4 - Formação ofertada



Elaboração: as autoras

Seguindo na linha metodológica adotada, constata-se a influência mútua entre causa (quantitativo), problema, efeito e resolução. Temos, nesse contexto, como meio ambiente da língua francesa uma área fronteira (Brasil-Guiana Francesa) que é formatada como um ambiente plurilíngue onde observa-se a transição do ecossistema linguístico do português para o francês/crioulo, em que se tem como elemento de interação homem/meio ambiente uma política linguística convencionalizada pelo uso, apurada pela alternância de línguas nas interações comunicativas de brasileiros e estrangeiros que habitam ou transitam por aqueles ecossistemas. Quando se somam estes indicadores ao quantitativo das respostas tem-se como indicadores (B), as consequências dos impulsos e pressões sobre a situação daquela área, a perda de linguodiversidade, ou seja um dano causado na biodiversidade das línguas daquela região quando os falantes são obrigados a recorrer a outra espécie linguística para atendimento nos órgãos públicos, fator que

provoca interferências nos nichos linguísticos, e nas comunidades linguísticas pelos cortes nos processos comunicativos através da imposição de uma outra língua, desequilibrando os ecossistemas e causando a destruição ou fragmentação de habitats linguísticos, que é o processo de modificação das áreas de ocupação de uma espécie (línguas). Diante disto, avalia-se que a Ecologia das Interações Comunicativas daquela área se efetiva através da convivência com ambos os lados, marcada pelo bioma franco-brasileiro, ponderando as representações endêmicas daquela região, assim, os impactos interferem diretamente na sustentabilidade linguística e mostram que os órgãos públicos do Oiapoque não possuem uma regularidade institucional, nem infraestrutura, assim como organização social para prestação de atendimento aos falantes de língua francesa, pois seus servidores não alcançam a autonomia necessária para tal feito o que acarreta na falta de *bem-estar ecolinguístico* naquela região.

Torna-se evidente, portanto, que assim como nos ecossistemas biológicos, as variedades de espécies linguísticas dividem espaços porosos, buscando conviver harmonicamente através das relações interacionais. Por outro lado, observa-se que o papel das políticas linguísticas *in vitro* é de coordenar o uso das línguas, assim como as leis ambientais estão para o uso dos recursos naturais, contudo, os governos locais ainda não se dão conta que a abordagem de unidade linguística como forma de demarcação do estado nação se torna um dos principais impactos nos ecossistemas, destruindo os habitats e erradicando a diversidade linguística da fronteira guiano-amapaense, pois na prática cotidiana estes ecossistemas vivem uma situação de plurilinguismo que é tacitamente ignorado pelos gestores.

As práticas languageiras do município de Oiapoque são marcadas por imposições linguísticas nos atendimentos públicos, criando nichos linguísticos obrigatórios que destroem os naturais, podendo “matar” uma espécie linguística menor, como acontece por exemplo com as línguas indígenas de ambos os lados da fronteira. Concordando com FILL, destaca-se que “nesta fase em que vivemos, onde as línguas morrem todo ano e culturas estão sendo sepultadas conjuntamente e sobrepostas por outras maiores é necessário que os linguistas optem pelo estudo da preservação linguística” (FILL 2015, p.17).

Para alcançar o que nomeamos de sustentabilidade linguística, faz-se necessário que ações pontuais de dentro para fora, ou seja de adoção de políticas que respeitem os ecossistemas linguísticos, vislumbrem o uso das línguas regionais no atendimento ao público, mantendo a homeostase linguística singular daquela região. Para que isto ocorra é imprescindível que o Sistema de Monitoramento Linguístico com base nos indicadores ambientais linguísticos se estenda a outras áreas agindo como os indicadores de reação aos danos causados, assim como novas políticas que visem a diversidade como algo benéfico tanto economicamente, socialmente, culturalmente quanto ecologicamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi expor os mecanismos utilizados pelas instituições públicas e seus servidores para realizar atos de interação comunicativas, bem como

desenhar uma modelagem criando indicadores que possibilitem a verificação da sustentabilidade daquele ecossistema. Podemos considerar que a fronteira franco-brasileira, em se tratando da prestação de serviços, não dispõe de mecanismos que possibilitem a interação linguística entre brasileiros e franceses.

Para a ecolinguística a falta destes mecanismos interfere nos fluxos naturais daquele ecossistema. Os indicadores cumprem o papel aqui de possibilitar a visão do todo, permitindo ações de monitoramento, elaborados a partir dos problemas encontrados, somados aos preceitos ecolinguísticos que elucidam o estado geral daquele ambiente, seus impactos e a mitigação destes. Retomando as palavras de Ribeiro (2011, p.107) reiteramos que “uma sociedade é plena quando há variedade de indivíduos vivendo em harmonia e mais diversa em quesitos culturais e linguísticos quanto maior o número de línguas e dialetos apresentar”. Nesse sentido, a ecolinguística mostra uma importante aliança com indicadores de sustentabilidade para estudo dos ecossistemas linguísticos fronteiriços.

Finalmente, ousa-se considerar que, à primeira vista, esta metodologia auxiliará no processo de investigações sobre os fenômenos linguísticos ocorrentes nas regiões fronteiriças, cabendo a cada pesquisador delimitar os objetos de estudo e fazer as adequações nos indicadores objetivando a obtenção de seus resultados.

---

## Referências

---

ALMEIDA, MG. Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador, p. 145-166, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8pk8p/09>. Acesso: 01/05/2020

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão socioambiental no Brasil: uma análise ecocêntrica**. Curitiba: IBEPEX. 2012.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

COUTO, Elza; FERNANDES, Eliane. Aquisição de língua: uma perspectiva ecolinguística, **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 290-298, setembro, 2013.

COUTO, Elza; COUTO, Hildo. Ecolinguística, linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica (ADE) **Signótica**, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 381-404, jul./dez. 2016.

COUTO, Hildo. H. **Ecolinguística. Ecolinguística: Linguística Ecossistêmica**, Brasília. Disponível em: [www.ecoling.unb.br/imagens/3\\_Ecolinguistica.pdf](http://www.ecoling.unb.br/imagens/3_Ecolinguistica.pdf). Acesso em: 12 de abril de 2020.

COUTO, Hildo. H. **Linguística, ecologia e ecolinguística: Contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

COUTO, Hildo H. O que vem a ser ecolinguística, afinal? **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v.14, n. 1 p.275-313, 2013.

COUTO, Hildo. H. COUTO, Elza. Ecologia das Relações Espaciais: as Preposições do Crioulo Guineense. **Revista Internacional Em Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 31, p. 177-208, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.31/pp.177-208>. Acesso: 27/06/2020.

DIREÇÃO GERAL DO MEIO AMBIENTE. **Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Direção de Serviços de Informação e Acreditação. www.dga.min-amb.pt 2000. Acesso: 20 de junho de 2020.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, Paraná, V.9, N.10, p.1-25, mai/jul.2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>. Acesso: 01/05/2020.

FILL, Alan. Ecolinguística: A história de uma ideia verde para o estudo da linguagem - **Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, v.1, n.1, p.07-21, 2015.

KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha. RITTER, Luciana Gregory. BORBA, Willian Fernando. Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. **Revista Monografias Ambientais- REMOA**, Santa Maria, v. 13, n. 5, p. 3723-3736, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/issue/view/825>. Acesso: 09/04/2020.

MAKKAI, Adam. Porque Ecolinguística?. Trad. Hildo Honório do Couto. Ecolinguística: **Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)**, v. 01, n. 01, p. 22-37, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o meio ambiente (2020)**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 10 de abril de 2020.

PHILIPPI, Arlindo Jr. COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2013

RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha. Políticas linguísticas e ecolinguística: algumas considerações, Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 3, p. 97-107, 2011

SAVEDRA, Mônica Maria. LAGARES, Xoán Carlos Guimarães. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, n. 32, p. 11-27, 1. Sem, 2012.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: ATLAS. 2009.

SOARES, Andressa Bezerra Soares. Et al. Revisando a estruturação do modelo DPSIR como base para um sistema de apoio à decisão para a sustentabilidade de bacias hidrográficas. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.4, n.3, p. 521-545, set/dez.2011. Disponível em:

<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1922>.

Acesso: 15/05/2020.

---

#### Para citar este artigo

---

SOUZA NASCIMENTO, J. L. de; DAY, K. C. N. Dinâmicas interacionais fronteiriças: o uso do Francês nas instituições públicas em Oiapoque. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato**, v. 10, n. 1, 2021, p. 315-337.

---

#### As Autoras

---

JAMILLE LUIZA DE SOUZA NASCIMENTO é tecnóloga em Gestão Ambiental (2011) pela Faculdade de Macapá-FAMA, pós graduanda em Perícia e Auditoria Ambiental no IBEPEX (2018), consultora ambiental, Francês Avançado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP (2017) e pelo Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand (2017) e graduanda em Licenciatura em Letras Francês pela Universidade do Estado do Amapá- UEAP.

KELLY CRISTINA NASCIMENTO DAY é professora adjunta da Universidade do Estado do Amapá, graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (1994), fez especialização em tradução português/Francês pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2004) mestrado em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2005) e doutorado em Estudos da Linguagem, com ênfase em políticas linguísticas, pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2016).